



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 994, DE 2023

Requer, pela Liderança do PP, destaque para votação em separado da Emenda nº 806 da PEC nº 45/2019.

AUTORIA: Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Liderança do Progressistas

REQUERIMENTO N^º DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Progressistas, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 806 à PEC 45/2019, que “altera o Sistema Tributário Nacional”.

JUSTIFICAÇÃO

A neutralidade fiscal é um dos pilares da reforma tributária proposta pela PEC 45. No entanto, existem preocupações sobre possíveis lacunas na legislação que não esclarecem como esse equilíbrio será mantido. Há uma preocupação de que o novo sistema possa acentuar a tributação sobre o consumo, criando mais distorções em um sistema que, em comparação internacional, já tributa menos a renda e patrimônio e mais a produção e venda de bens e serviços.

Para reforçar a neutralidade da carga tributária e prevenir aumentos indesejados na tributação do consumo, foi proposta a Emenda nº 806 à PEC 45. Essa emenda estabelece um teto de alíquota de 25% somando as participações da União, Estados e Municípios, a partir de 2027, ano em que o Senado Federal começará a fixar as alíquotas de referência. Este limite será mantido até o fim da transição federativa em 2078, incentivando o uso eficiente dos recursos públicos até a implementação completa do novo sistema tributário. Os limites sugeridos consideram a participação de cada ente federativo na arrecadação atual, visando controlar o impacto do modelo IVA-Dual nos preços dos produtos e serviços, sem comprometer a manutenção de serviços públicos.



Ao estabelecer um teto para as alíquotas e definir claramente as regras de transição, a emenda busca prevenir distorções econômicas e proteger o consumidor. Além disso, ao incentivar a eficiência na gestão dos recursos públicos, a medida se alinha com práticas de boa governança, contribuindo para a estabilidade econômica e a justiça social a longo prazo. A emenda, portanto, representa um passo significativo para um sistema tributário mais equitativo e eficiente, crucial para o crescimento sustentável da economia do país.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2023.

**Senadora Tereza Cristina
(PP - MS)
Líder do Progressistas**